

8.2 — Avaliação curricular (AC) — destina-se a avaliar as aptidões profissionais dos candidatos para o exercício da função/categoria, através da ponderação dos seguintes factores:

8.2.1 — Habilitação académica de base, sendo ponderado o nível académico ou a sua equiparação legalmente reconhecida;

8.2.2 — Formação profissional, sendo ponderadas as acções de formação e aperfeiçoamento profissional relacionadas com a área funcional em curso;

8.2.3 — Experiência profissional, onde se pondera o tempo de serviço na carreira para o qual o concurso é aberto.

9 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular e da entrevista profissional de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constarão de actas das reuniões do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

10 — Cada um dos métodos de selecção é susceptível de classificação numa escala de 0 a 20 valores, sendo que a classificação final (CF) resultará da média aritmética ponderada dos métodos de selecção ( $6 \times AC + 4 \times EPS$ )/10, traduzindo-se numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se não aprovados os candidatos que obtenham classificação final inferior a 9,5 valores.

11 — Formalização das candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento elaborado nos termos gerais e dirigido ao presidente da Câmara Municipal de Barcelos, conjuntamente com a documentação que o deva acompanhar (em caso de dúvida contactar a Divisão de Recursos Humanos), e entregue pessoalmente nesta autarquia (Secção de Expediente do Departamento de Administração Geral), ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, expedido até ao termo do prazo fixado para a entrega das candidaturas, para a Câmara Municipal de Barcelos, Largo do Município, 4750-323 Barcelos, dele devendo constar:

11.1 — Identificação completa do requerente (nome, filiação, naturalidade, estado civil, data de nascimento, habilitações literárias, residência, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, número de contribuinte, código postal e número de telefone, se o houver);

11.2 — Habilitações literárias;

11.3 — Declaração em alíneas separadas e sob compromisso de honra, sobre a situação precisa em que se encontram relativamente a cada uma das condições a que se referem as alíneas a) a f) do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

11.4 — Identificação do concurso a que se candidata, mediante referência ao *Diário da República* onde foi publicado o presente aviso;

11.5 — Identificação da categoria que detém, serviço a que pertence, natureza do vínculo e tempo efectivo na categoria, na carreira e na função pública, contado em anos, meses e dias, especificando a classificação de serviço nos anos relevantes para efeitos de concurso;

11.6 — Quaisquer outros elementos que possam ser relevantes para apreciação do seu mérito ou susceptíveis de constituírem motivo de preferência legal, devendo apresentar documentos comprovativos, sob pena de não serem considerados.

12 — Os requerimentos de admissão aos concursos deverão ser obrigatoriamente acompanhados, sob pena de exclusão, dos seguintes elementos:

12.1 — *Curriculum vitae* detalhado, devidamente datado e assinado;

12.2 — Documento comprovativo das habilitações literárias (autêntico, autenticado ou fotocópia);

12.3 — Fotocópias das acções de formação profissional e seminários, com indicação sobre a sua duração (um dia corresponde a sete horas);

12.4 — Fotocópia do bilhete de identidade;

12.5 — Declaração passada e autenticada pelo serviço ou organismo de origem, da qual conste a natureza do vínculo, a categoria, o tempo de serviço na categoria, na carreira e na função pública e a classificação reportada aos anos relevantes para efeitos de concurso.

13 — Os funcionários desta câmara municipal estão dispensados da apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos que constem do respectivo processo individual:

14 — Assiste ao júri a facultade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida sobre a situação descrita, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

15 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

16 — As listas dos candidatos admitidos e de classificação final serão publicitadas, nos termos dos artigos 33.º, 34.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

17 — Constituição do júri:

Presidente — Dr. Félix Falcão Araújo, vereador.

1.º vogal efectivo — Engenheiro Avelino José Gomes Fernandes, director do Departamento de Obras Municipais e Conservação.

2.º vogal efectivo — Engenheiro Luís António Ribeiro Lima, chefe da Divisão de Trânsito.

1.º vogal suplente — Engenheiro António Luís Lemos da Silva Correia, chefe da Divisão de Conservação.

2.º vogal suplente — Dr.ª Maria Arminda da Silva Cruz, técnica superior de higiene e segurança de 2.ª classe.

18 — O presidente do júri será substituído nas suas faltas e impedimentos pelo 1.º vogal efectivo.

28 de Novembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Fernando Ribeiro dos Reis*. 1000309043

## CÂMARA MUNICIPAL DE BEJA

### Despacho (extracto) n.º 59/2007

Em cumprimento do disposto no n.º 5 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, torna-se público que, no uso da competência delegada, nesta data, por despachos do vereador do pelouro de recursos humanos, foram reclassificados profissionalmente os funcionários seguintes, nos termos da alínea e) do artigo 2.º e dos n.ºs 1 e 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro:

Nelson Alberto Catita — operário/pintor (escala 2, índice 151).  
Manuel Cardador Amaro — motorista de ligeiros (escala 4, índice 175).

Manuel José Guerreiro Corte-Negra Bicas — condutor de máquinas pesadas e veículos especiais (escala 5, índice 209).

Os funcionários deverão aceitar a nomeação no prazo de 20 dias a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Isento de fiscalização prévia.)

6 de Dezembro de 2006. — O Vereador do Pelouro de Recursos Humanos, *Francisco António Braz Caixinha*. 1000309047

## CÂMARA MUNICIPAL DE CARREGAL DO SAL

### Aviso n.º 39/2007

Para os devidos efeitos e em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, alterado pelas Leis n.ºs 99/2003, de 27 de Agosto, e 23/2004, de 22 de Junho, torna-se público que, por meu despacho de 29 de Novembro de 2006, foi renovado por mais um ano, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2007, o contrato de trabalho para exercer funções de auxiliar de serviços gerais com Jorge Alexandre Soares Rodrigues e Rita Cristina Lopes da Silva.

29 de Novembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Atílio dos Santos Nunes*. 3000222723

## CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO DE PAIVA

### Aviso (extracto) n.º 40/2007

Por despacho do vice-presidente da Câmara de 11 de Dezembro de 2006, no uso da competência delegada, foi Sónia Maria da Rocha Beleza nomeada, em comissão de serviço, precedendo concurso, para a categoria de tesoureiro da carreira de tesoureiro do quadro de pessoal desta autarquia, com o vencimento correspondente ao escala 5, índice 269.

A interessada dispõe de 20 dias a contar do dia seguinte à publicação do presente aviso no *Diário da República* para tomar posse no referido lugar.

A posse será conferida à funcionária provida no lugar de tesoureiro após ter sido prestada caução nos termos do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 247/87, de 17 de Junho. (Processo isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

13 de Dezembro de 2006. — O Vice-Presidente da Câmara, *Rui César de Sousa Albergaria e Castro*. 1000309074

## CÂMARA MUNICIPAL DA COVILHÃ

### Aviso n.º 41/2007

#### Nomeação de pessoal dirigente

Luís Manuel Gil Fino Barreiros, vereador responsável pela gestão e direcção de pessoal, torna público que, por despacho do presidente da Câmara de 23 de Novembro de 2006, ao abrigo do disposto na parte final da alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, em conjugação com o n.º 8 do artigo 21.º do mesmo diploma, no uso da competência conferida pelo artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, nomeio para o exercício de funções de chefe de divisão dos Serviços Operativos o engenheiro Pedro Miguel da Costa Nascimento.

O cargo será exercido em regime de comissão de serviço e pelo tempo ainda em falta até completar o módulo de tempo da anterior comissão de serviço (que vinha sendo desempenhada no cargo de

chefe de divisão de Oficinas da anterior estrutura orgânica), eventualmente renovável nos termos dos artigos 23.º e 24.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

A presente nomeação produz efeitos desde 23 de Novembro de 2006. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

15 de Dezembro de 2006. — O Vereador Responsável pela Gestão de Pessoal, por delegação do Presidente da Câmara, *Luís Barreiros*.  
3000222721

#### Aviso n.º 42/2007

##### Nomeação de pessoal dirigente

Luís Manuel Gil Fino Barreiros, vereador responsável pela gestão e direcção de pessoal, torna público que, por despacho do presidente da Câmara de 23 de Novembro de 2006, ao abrigo do disposto na parte final da alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, em conjugação com o n.º 8 do artigo 21.º do mesmo diploma, no uso da competência conferida pelo artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, nomeio para o exercício de funções de director de departamento de Planeamento e Urbanismo o engenheiro Jorge Manuel Galhardo de Matos Viera.

O cargo será exercido em regime de comissão de serviço e pelo tempo ainda em falta até completar o módulo de tempo da anterior comissão de serviço (que vinha sendo desempenhada no cargo de director do Gabinete de Estudos e Planeamento Estratégico da anterior estrutura orgânica), eventualmente renovável nos termos dos artigos 23.º e 24.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

A presente nomeação produz efeitos desde 23 de Novembro de 2006. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

15 de Dezembro de 2006. — O Vereador Responsável pela Gestão de Pessoal, por delegação do Presidente da Câmara, *Luís Barreiros*.  
3000222720

#### Aviso n.º 43/2007

##### Nomeação de pessoal dirigente

Luís Manuel Gil Fino Barreiros, vereador responsável pela gestão e direcção de pessoal, torna público que, por despacho do presidente da Câmara de 23 de Novembro de 2006, ao abrigo do disposto na parte final da alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, em conjugação com o n.º 8 do artigo 21.º do mesmo diploma, no uso da competência conferida pelo artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, nomeio para o exercício de funções de chefe de divisão de Administração Geral licenciada em Direito Graça Isabel Pires Henry Robins.

O cargo será exercido em regime de comissão de serviço e pelo tempo ainda em falta até completar o módulo de tempo da anterior comissão de serviço (que vinha sendo desempenhada no cargo de chefe de divisão de Administração Geral da anterior estrutura orgânica), eventualmente renovável, nos termos dos artigos 23.º e 24.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

A presente nomeação produz efeitos desde 23 de Novembro de 2006. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

15 de Dezembro de 2006. — O Vereador Responsável pela Gestão de Pessoal, por delegação do Presidente da Câmara, *Luís Barreiros*.  
3000222719

#### Aviso n.º 44/2007

##### Nomeação em regime de substituição de pessoal dirigente

Luís Manuel Gil Fino Barreiros, vereador responsável pela gestão e direcção de pessoal, torna público que, por despacho do presidente da Câmara de 23 de Novembro de 2006, no uso de competência própria, o engenheiro José Domingos Martins Coxo foi nomeado em regime de substituição pelo período de dois meses, prorrogado, dado estar a decorrer procedimento com vista ao provimento do cargo até à respectiva posse, chefe de divisão de Obras, ao abrigo do disposto nos artigos 10.º, n.º 1, alínea b), 15.º e 2.º, n.º 1, alínea c), todos do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, em conjugação com os artigos 27.º e 20.º, n.º 1, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

Esta nomeação produz efeitos desde 1 de Dezembro de 2006, sendo reconhecida a urgente conveniência de serviço. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

15 de Dezembro de 2006. — O Vereador Responsável pela Gestão de Pessoal, por delegação do Presidente da Câmara, *Luís Barreiros*.  
3000222717

## CÂMARA MUNICIPAL DE ESTARREJA

### Aviso n.º 45/2007

#### Taxa municipal de direitos de passagem e fixação do respectivo quantitativo

José Eduardo Alves Valente de Matos, presidente da Câmara Municipal de Estarreja, torna público, nos termos da alínea v) do n.º 1 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e para os efeitos do artigo 91.º do diploma legal atrás citado, que pela Assembleia Municipal de Estarreja através da deliberação tomada em sessão ordinária do dia 9 de Outubro de 2006, sob proposta da Câmara Municipal de 15 de Setembro de 2006, foi fixada a taxa municipal pelos direitos de passagem em 0,25 % sobre cada factura emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do município, a aplicar em 2007, conforme o estipulado na alínea b) do n.º 2 do artigo 106.º da Lei n.º 5/2003, de 10 de Fevereiro, Lei das Comunicações Electrónicas, entrando em vigor cinco dias após a publicação na 2.ª série do *Diário da República*.

27 de Novembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *José Eduardo Alves Valente de Matos*.  
3000222712

## CÂMARA MUNICIPAL DE GONDOMAR

### Aviso n.º 46/2007

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por despacho do presidente da Câmara de 13 de Dezembro de 2006 e na sequência do concurso interno de acesso geral para o preenchimento de seis vagas de técnico de informática do grau 2, nível 1, do grupo de pessoal de informática do quadro de pessoal desta autarquia, a que se refere o aviso de abertura publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 167, de 31 de Agosto de 2005, e cuja lista de classificação final foi notificada aos candidatos nos termos do n.º 3 do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, foram nomeados técnicos de informática do grau 2, nível 1, do grupo de pessoal de informática dos seguintes e únicos candidatos, a saber:

Maria Isabel Sousa Santos.  
Daniel Martins Ferreira.  
Susana Raquel Soares Gonçalves.  
Rosa Elisabete Castro Silva.  
João Cláudio Martins Lopes Castro Moura.

Os candidatos nomeados deverão assinar o termo de aceitação no prazo de 20 dias a contar da publicação deste aviso no *Diário da República*. [A presente nomeação não está sujeita a visto prévio do Tribunal de Contas, nos termos do artigo 114.º, n.º 3, alínea c), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

15 de Dezembro de 2006. — Por delegação do Presidente da Câmara, a Vereadora da DRH, *Maria Germana de Sousa Rocha*.  
3000222746

### Aviso n.º 47/2007

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por despacho do presidente da Câmara de 13 de Dezembro de 2006 e na sequência do concurso interno de acesso geral para o preenchimento de uma vaga de especialista de informática do grau 2, nível 1, do grupo de pessoal de informática do quadro de pessoal desta autarquia, a que se refere o aviso de abertura publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 167, de 31 de Agosto de 2005, e cuja lista de classificação final foi notificada à candidata nos termos do n.º 3 do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, foi nomeada especialista de informática do grau 2, nível 1, do grupo de pessoal de informática a única candidata, Sara Maria Marques Roma.

A candidata nomeada deverá assinar o termo de aceitação no prazo de 20 dias a contar da publicação deste aviso no *Diário da República*. [A presente nomeação não está sujeita a visto prévio do Tribunal de Contas, nos termos do artigo 114.º, n.º 3, alínea c), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

15 de Dezembro de 2006. — Por delegação do Presidente da Câmara, a Vereadora da DRH, *Maria Germana de Sousa Rocha*.  
3000222744